

-----**ACTA Nº 14/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 MAIO DE 2009**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Faltaram as Senhoras Vereadoras Joana Vidinha e Manuela Cunha, cujas faltas foram consideradas justificadas.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria intervir no Período Antes da Ordem do Dia. O Senhor Vereador Francisco Maurício respondeu afirmativamente e leu a seguinte intervenção cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: --

-----"Débito em conta do consumo de água - Aviso solenemente V^a Ex^a que não autorizo que aproveitem a minha autorização de Débito em Conta do consumo da água para a Câmara Municipal de Almeirim seja transferida, sem minha autorização, para as ÁGUAS DO RIBATEJO.-----

-----Relativamente à Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, informo que os comerciantes e prestadores de serviços de toda a zona envolvente do Parque das Laranjeiras aperceberam-se, tardiamente ou talvez não, da gravidade da obra inventada por V^a Ex^a com motivos exclusivamente eleitorais e com o

objectivo de esconder o confrangedor vazio que foi este mandato. Parece-me mais um tiro no pé. Ainda está a tempo de emendar o tremendo erro que se prepara para cometer. V^a Ex^a vai tomar a medida mais penalizante para o Centro da Cidade, vai contribuir decisivamente para o agravamento da crise que tem afectado os comerciantes e contribuir decisivamente para a desertificação do Centro da Cidade. Esta medida é uma grande falta de respeito por todos os que se dedicam ao comércio e aos serviços que vão ser fortemente penalizados, bem como os moradores da zona que irão ter graves problemas. Apelo à Assembleia Municipal para que reprove esta medida, reprovando a aprovação do empréstimo bancário necessário. Pode ser que neste caso a maioria acorde e ponha acima dos interesses particulares, o interesse de Almeirim. A todos os que se me têm dirigido, recomendo que abordem os deputados municipais que terão a última palavra. ----

-----Ajustes Directos: Parece-me que V^a Ex^a ignora as recomendações do Governo e não está interessado em dar trabalho às empresas de construção civil do Concelho, senão vejamos o que se tem passado com os últimos ajustes directos que constam da home-page governamental para salvaguardar a transparência na Administração Pública. Parece-me, no entanto que V^a Ex^a só faz contar nesse site alguns dos ajustes que efectua. Vejamos então: Eco-Edifica - Ambiente, Infraestruturas e Construções S.A. 1)- vinte e oito de Novembro de dois mil e oito - Saneamento de Solos Contaminados na Zona da Antiga Bomba de Combustível do Largo Manuel Rodrigues Pisco em Almeirim - doze mil quinhentos e trinta e nove euros e setenta e cinco cêntimos.-----

-----Dezoito de Março de dois mil e nove - Parque de Estacionamento na Rua D. Gonçalo da Silveira em Almeirim - cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta e cinco cêntimos.-----

-----Trinta de Abril de dois mil e nove - Construção da Rotunda em Paço dos Negros (Rotunda do Falcato) - dezanove mil seiscentos e doze euros - Sociedade de Construções do Ribatejo S.A.-----

-----Trinta de Abril de dois mil e nove - Cobertura da Casa das Máquinas nas Piscinas Municipais de Almeirim - onze mil setecentos e cinquenta e cinco euros e dezasseis cêntimos.-----

-----Trinta de Abril de dois mil e nove - Demolição de Edifícios Degradados na Rua do Paço em Almeirim, vinte e nove mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos. --

-----V^a Ex^a está a beneficiar claramente a Eco-Edifica em detrimento das empresas do Concelho e não é só a nível da Autarquia, parece-me que a nível das Águas do Ribatejo ainda é mais escandaloso. "À mulher de César não basta ser séria....."-----

-----É assim que defende os interesses do Concelho? Dessa forma só poderá estar a salvaguardar interesses pessoais e eventualmente eleitorais.-----

-----Não pode usar o lugar que ocupa desta maneira sr. presidente."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou em que ponto da situação se encontram as obras realizadas na ponte D. Luís, dado que as mesmas já terminaram e a ponte continua sem iluminação e os passeios também estão por reparar, o que poderá representar perigo para os utilizadores.-----

-----O mesmo Autarca perguntou se a Câmara pode intervir, no sentido de colmatar a falta de cobertura na rede de telemóveis na zona de Paço dos Negros. Nesta área só a operadora Optimus é que tem cobertura e poderá constituir problema, na medida em que as outras redes não conseguem realizar contactos. Pergunta se não é viável a colocação na antena existente em Paços dos Negros, de outras redes. Perguntou em que ponto da situação se encontra o processo relativo ao acidente de trabalho ocorrido aquando da construção da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo que provocou a morte de um operário. Questionou se não poderiam ser feitos ajustes directos com empresas do Concelho para a realização das obras Municipais. Acrescenta que foi consultar a base de dados Governamental e verificou que as obras do Município são entregues a empresas que não estão sedeadas no nosso Concelho.-----

----- O Autarca orador apresentou o requerimento que abaixo transcrevo:-----

-----" Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Comparticipação em Medicamentos a Pessoas Idosas (Proposta n.º 11/CM/PSD/2009)-----

-----Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar a V. Exa. o agendamento do seguinte ponto: «Projecto de Regulamento Municipal para Atribuição de Comparticipação em Medicamentos», com base nos seguintes fundamentos:-----

-----I. DOS MOTIVOS POLÍTICOS DA PROPOSTA-----

-----Incumbe ao Estado a protecção social dos cidadãos mais desfavorecidos, principalmente os mais idosos, que vivem, em geral, de pensões que não permitem pagar os medicamentos essenciais e necessários às doenças crónicas que, normalmente, surgem na terceira idade. A par do valor médio das pensões a(baixo do salário mínimo nacional), as comparticipações do Estado em determinados medicamentos são reduzidas, o que não permite atenuar os efeitos económicos negativos com o aumento do custo de vida. Por sua vez, verifica-se que o crescimento das pensões dos idosos não têm acompanhado o aumento do custo de vida, o que tem conduzido a situações de risco e emergência social, que importam, naturalmente, ser corrigidas a favor do bem-estar social dos cidadãos que, na medida do possível, contribuíram para o desenvolvimento da sociedade.-----

-----Refira-se que, e atendo aos dados estatísticos disponíveis, a esperança média de vida dos portugueses tem vindo a aumentar, o que revela que o desenvolvimento da sociedade em diversas áreas do conhecimento, contribuíram para o aumento da longevidade.-----

-----Contudo, é inegável que associado à longevidade dos cidadãos, devem estar associados padrões sociais e económicos de

qualidade de vida.-----

-----Os indicadores disponibilizados pela União Europeia (EUROSTAT) revelam a falta de convergência real da sociedade portuguesa face aos padrões dos Países do "pelotão da frente", pelo que, se há medidas que cabem ao Governo Central, as Autarquias Locais deverão adoptar o princípio da subsidiariedade em matéria de apoios sociais.-----

-----Dentro desta perspectiva, e na sequência de anteriores medidas concretas já apresentadas pela Vereação do PPD/ PSD (por ex. cartão do idoso e apoio a pequenas reparações no domicílio), a comparticipação na aquisição de medicamentos traduz-se numa medida estruturante da aplicação do princípio da subsidiariedade social.-----

-----Nessa medida, o PSD/ Almeirim entende que a Câmara Municipal tem de apoiar, por meio de comparticipação financeira, a aquisição de medicamentos por parte dos cidadãos idosos, garantido, deste modo, que as pessoas de idade avançada não fiquem impossibilitadas de adquirir os medicamentos essenciais ou, em alternativa, que aquisição dos medicamento comprometa a subsistência ou a economia familiar.-----

-----À semelhança do Programa Municipal "Cartão do Idoso", o PSD entende que a adopção desta medida social contribuirá inequivocamente para o desenvolvimento social sustentado do Concelho de Almeirim, fomentando o bem-estar dos cidadãos idosos e reformados.-----

-----Por fim, este medida insere-se no eixo "Acção e Reintegração Social" do Programa do PPD/ PSD de Almeirim, pelo que, no futuro, a Vereação do PPD/ PSD pretende apresentar objectivos estratégicos conducentes à erradicação da pobreza e fortalecimento da subsidiariedade social.-----

-----II. DO FUNDAMENTO LEGAL DA PROPOSTA-----

-----Considerando que compete às Autarquias Locais desenvolver soluções para a resolução dos problemas que afectam as suas populações, nomeadamente os estratos sociais mais desfavorecidos, pelos meios adequados e nas condições objecto de

regulamentação municipal, a Vereação do PSD/ Almeirim, ao abrigo do disposto na Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, concretamente o disposto nas alíneas b) e c), do n.º 4 e alínea a), do n.º 7 do artigo 64.º, decidiu apresentar uma proposta para atribuição de comparticipação para medicamentos, com o objectivo apoiar a compra de medicamentos por parte das famílias carenciadas, nomeadamente reformados, pensionistas e idosos, através de uma comparticipação pecuniária na aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica do SNS.-----

-----III. DO PROJECTO DE REGULAMENTO-----

-----O projecto de regulamento municipal insere-se nas propostas de apoio social aprovadas pelo PSD/ Almeirim, no contexto, de medidas anti-crise.-----

-----A. OBJECTIVO DA MEDIDA-----

-----O programa de atribuição de comparticipação de medicamentos tem como objectivo apoiar aquisição de medicamentos com receita médica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a pensionistas idosos com mais de 65 anos ou dependentes, e que se encontrem em situação de comprovada carência económica, residentes no Concelho da Almeirim.-----

-----B. DESTINATÁRIOS-----

-----O programa de atribuição de comparticipação de medicamentos destina-se a pensionistas idosos com mais de 65 anos ou dependentes, residentes no concelho da Batalha e cujos rendimentos mensais *per capita* não ultrapassem 70 % da RMM do ano civil. O cálculo dos rendimentos do agregado familiar e a determinação da capitação mensal serão feitos de acordo com a seguinte fórmula: $C = R - (I + H + S) / 12 * N$ -----

-----Sendo que: C = rendimento mensal *per capita*; R = rendimento anual ilíquido do agregado familiar; I = impostos e contribuições; H = encargos anuais com a habitação; S = encargos com a saúde; N = número de elementos do agregado familiar.-----

-----C. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMPARTICIPAÇÃO-----

-----O requerente submete ficha de candidatura a disponibilizar pela Autarquia ou Juntas de Freguesia, devidamente preenchida e assinada pelo próprio ou representante legal, conjuntamente com fotocópia dos seguintes documentos: A ficha de candidatura deve ser acompanhada de fotocópia dos seguintes documentos: ☐ Bilhete de Identidade; ☐ Cartão de Contribuinte; ☐ Cartão de pensionista, nos casos que se aplique; ☐ Fotocópia da declaração de IRS, caso se aplique; ☐ Fotocópias dos recibos de pensões (de velhice, invalidez, sobrevivência, alimentos – incluindo pensões provenientes do estrangeiro) do ano em que se candidata, de todos os membros do agregado familiar; ☐ Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção); ☐ Documentos comprovativos de encargos com a saúde; ☐ Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por elementos do agregado familiar que se encontrem a exercer actividade profissional remunerada, relativos aos últimos três meses anteriores à candidatura ao apoio.-----

Todos os pedidos serão analisados pelo Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Almeirim, que emitirá parecer que suportará a decisão da Câmara Municipal e/ ou do Vereador com competência delegada na área da acção social.-----

-----D. DO PROCESSO DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS - Após análise das candidaturas e aprovação das mesmas pelo executivo, será elaborada uma listagem dos utentes apoiados, a enviar para as farmácias do concelho. O utente poderá beneficiar do apoio em qualquer uma das farmácias do Concelho de Almeirim, podendo mesmo, alternar entre farmácias, pois todas terão acesso à base de dados dos beneficiários. A Câmara Municipal manterá uma base de dados permanentemente actualizada sobre os medicamentos adquiridos, mediante a qual tem acesso à conta corrente do beneficiário, e por via da qual, a Câmara Municipal pagará à farmácia aderente os valores não comparticipados pelo SNS, com periodicidade mensal.-----

-----E. MONTANTE DAS COMPARTICIPAÇÕES - O limite máximo de comparticipação anual por utente é de 250,00€. A comparticipação

pode esgotar -se numa única receita médica do SNS, ou ser descontada de forma faseada. Os valores que, por alguma razão, ultrapassem o limite da comparticipação serão totalmente assegurados pela Câmara Municipal. Assim, do disposto na Lei 169/99, de 18 de Setembro , com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, concretamente o disposto nas alíneas b) e c), do n.º 4 e alínea a), do n.º 7 do artigo 64.º, propõe-se a V. Exa.. que submeta à consideração do Executivo Municipal à aprovação do presente projecto de Regulamento Municipal."-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que gostaria de fazer um ou dois comentários à intervenção do Senhor Vereador Francisco Maurício, e perguntou qual a lei que permite que uma obra daquele montante possa ser feita por ajuste directo. Acrescentou: "Em relação aos ajustes directos e do que sei estão lá todos." Em relação às Águas o melhor é começar a tomar as posições que entenda porque tudo o que era da Câmara mudou para as Águas do Ribatejo. A Ecoedifica já tem alvará, já ficamos descansados com essa parte. As obras das Águas do Ribatejo são todas por concurso público e "só quem tem unhas é que toca viola".-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**4- OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Pequenos Recantos, Construção, Lda - oitenta e sete de dois mil e oito; Paulo César Alves Nunes - trinta e um de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais,

referente ao processo de obras a seguir indicado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel Diogo Alves Castelejo - cento e noventa e quatro;
Fernando Sequeira Branco - trezentos e quarenta e oito, ambos de
dois mil e sete; Luciano Ferreira Pereira - trinta e nove;
Sílvia Ludovina Rodrigues Luís - noventa e sete; Sérgio Alberto
Lopes da Costa - cento e dois A; Artur Jorge Caniço Fernandes -
cento e vinte e oito; Marco João Rodrigo Graça - cento e
quarenta e um, todos de dois mil e oito.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TARIFA DE RSU'S - O Senhor Vice-Presidente apresentou a
seguinte proposta: "Atendendo a que por força da entrada em
funcionamento da empresa "Aguas do Ribatejo" os escalões de
consumo sofrerem alterações.-----

-----Atendendo a que esses escalões têm sido a base de cálculo
para a tarifa de RSU's.-----

-----Atendendo a exposto e de forma a não aumentar a factura
global dos munícipes, proponho os seguintes valores a aplicar à
tarifa de RSU's.-----

-----Tarifa de Consumo Doméstico (€/m3):-----

-----1º Escalão (0 a 5 m3): um euro e cinquenta e cinco
cêntimos;-----

-----2º Escalão (6 a 15 m3): três euros e cinquenta cêntimos;---

-----3º Escalão (16 a 25 m3): seis euros e dez cêntimos;-----

-----4º Escalão (26 a 50 m3): oito euros e oitenta cêntimos;----

-----5º Escalão (> 50 m3): treze euros e vinte cêntimos;-----

-----Não domésticos, comerciais e industriais, garagens,
instalações agrícolas e outras(€/m3):-----

-----1º Escalão (0 a 150m3): oito euros e oitenta cêntimos;-----

-----2º Escalão (> 150 m3): treze euros e vinte cêntimos;-----

-----Estado e outras pessoas colectivas de direito publico
(€/m3):-----

-----Escalão único: seis euros e quinze cêntimos;-----

-----Autarquias(€/m3):-----
-----Escalão único: seis euros e quinze cêntimos;-----
-----Instituições e Agremiações privadas de beneficência,
culturais, desportivas e outras de interesse publico:-----
-----1º Escalão (0 a 23 m3): um euro e cinquenta e cinco
cêntimos;-----
-----2º Escalão (> 20 m3):três euros e oitenta e cinco
cêntimos.-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma
aprovada por unanimidade.-----

-----PROTOCOLO ENTRE A AUTARQUIA E A ESCOLA E.B. 2,3 DE FAZENDAS
DE ALMEIRIM - Foi presente o protocolo de Formação Prática em
Contexto de Trabalho (FPCT), a celebrar com a Escola E.B, 2,3 de
Fazendas de Almeirim. O protocolo é subordinado a cláusulas e
visa o estágio de alunos do curso de Educação e Formação -
Instalação e Reparação de Computadores tipo dois Nível dois.----
-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que é
totalmente a favor deste tipo de iniciativas.-----
-----Posto à votação, foi o protocolo aprovado por unanimidade.-

-----PLANO PORMENOR SOCIEDADE AGRÍCOLA DA ALORNA - Foi presente
a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:-----
-----"Considerando que a Sociedade Agrícola da Alorna é
detentora de parcela de terreno incluída na área prevista em PDM
como zona de actividades diversificadas;-----
-----Considerando que aquela Sociedade se propõe construir ali
um "Parque de Empresas";-----
-----Considerando o interesse Municipal de que se reveste este
investimento;-----
-----Propõe-se:-----
-----Que o Executivo aprove a autorização para que a Sociedade
elabore plano de pormenor em sua substituição, conducente ao
desenvolvimento desse Parque de Empresas, conforme parecer dos
Técnicos Camarários que se junta".-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que não é muito a favor que os Planos de Pormenor sejam feitos por particulares. Reconhece que o projecto apresentado pela Sociedade da Alorna vem valorizar Almeirim, tem um hotel, tem turismo rural, e este tipo de projectos beneficiam o Concelho.--

-----O anterior orador disse que da leitura da proposta pareceu-lhe que são cumpridos os requisitos legais e considera este empreendimento muito importante para o Concelho. Acrescenta: "é o primeiro empreendimento que tirará proveito da excelente posição geográfica da localidade, é um local apetecível para qualquer investidor. Congratulo-me com a iniciativa da Sociedade Agrícola Quinta da Alorna, S.A e espero vivamente que os órgãos Autárquicos tenham algo a apreender com este projecto."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "voto a favor da alteração do Plano de Pormenor, por entender que se encontram reunidos os requisitos legais que permitam a alteração do PDM para viabilizar a construção do empreendimento apresentado pela Sociedade Agrícola da Alorna. Ao longo dos últimos quatro anos o PSD tem vindo a defender que Almeirim deve criar as condições necessárias à instalação de empresas e de empreendimentos turísticos que certamente trarão postes de trabalho para o Concelho que contribuirão para o desenvolvimento sócio económico do Concelho."-----

-----CLUSTER AGRO INDUSTRIAL DO RIBATEJO - O Senhor Presidente apresentou para aprovação e votação, a proposta de ratificação da Adesão ao "Cluster Agro-Industrial do Ribatejo"-----

-----É definido por cluster, o conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas num Programa de Acção, que visem a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentem

de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede, entre as empresas e entre estas e outros actores relevantes para o desenvolvimento dos sectores a que pertencem e dos territórios.-----

-----Na ficha de adesão de Associado é subscrita uma unidade de Participação, com o valor nominal de quinhentos euros.-----

-----É também referida a autorização a ANIMAFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Agro-Indústria, a representar a Autarquia em todas questões relativas ao "Cluster Agro-Industrial do Ribatejo e a facultar os nossos contactos para acções relativas a este processo."-----

-----Posta à votação a ratificação acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos louvou este tipo de iniciativas por considerar um estímulo à economia. -----

-----TERRENO NA RUA BERNARDO GONÇALVES PARA PARQUE DE ESTACIONAMENTO - O Senhor Presidente apresentou a carta de Cecília Margarida Barradas Botas e outros, familiares do Senhor Guilherme Pena. A carta foi apresentada na sequência da proposta que a Autarquia fez para a compra do terreno, em reunião de vinte de Março de dois mil e nove.-----

----- A carta é a que a seguir se transcreve:-----

-----"Cecília Margarida Barrada Botas, casada, residente na Urbanização da Padilha, Lote cinco, Almeirim, Isabel Maria Barradas Botas Duarte Calças, casada, residente na Rua Infante D. Henrique, nº 85-C, Almeirim e, Maria Delfina Barradas, solteira, maior, residente na Rua Filipe de Vilhena, nº 8, em Almeirim, sendo que, a primeira e segunda, são usufrutuárias e a terceira a nua proprietária, do prédio urbano sito na Rua Bernardo Gonçalves, números 28 e 30, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número 6600 e inscrito na matriz sob o artigo 1721º, notificadas do teor da deliberação desta Câmara, reunida em vinte de Março de dois mil e nove, no

sentido de aceitar a aquisição da parcela de terreno, com a área de duzentos e três virgula sessenta metros quadrados, a destacar do prédio acima identificado, pelo preço de vinte e um mil setecentos e oitenta e dois euros, vêm dizer a V^a Ex^a o seguinte:-----

-----Que mantêm o valor de quarenta mil euros proposto pelo seu requerimento de dezanove de Março de dois mil e nove e nas condições já anteriormente formuladas, a saber:-----

-----Um - Alienam a parcela de terreno, com a área de duzentos e três virgula sessenta metros quadrados, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número 6600, e inscrito na matriz sob o artigo 1721º, freguesia de Almeirim, pelo valor global de quarenta mil euros, para pagamento da parcela de terreno e sua construção e do valor da benfeitoria aí implantada;-----

-----Dois - Prontificam-se de imediato e logo que solicitadas a outorgar e assinar a Escritura Pública, desde que, avisadas com cerca de três a quatro dias de antecedência;-----

-----Três - O valor proposto de quarenta mil euros será pago no acto da outorga da Escritura Publica;-----

-----A demolição das construções implantadas na parcela de terreno será levada a cabo pela Câmara Municipal de Almeirim e ficará às suas expensas exclusivas;-----

-----Todos os custos com a formalização da Escritura Pública, processo de desanexação da parcela, reclamação à matriz 1721º, em virtude da desanexação da área de duzentos e três virgula sessenta metros quadrados e actualização da descrição do prédio número 6600/freguesia de Almeirim, face à desanexação, serão suportados em exclusivo pela Câmara Municipal de Almeirim".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que: " a Constituição da Republica Portuguesa prevê *que a todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte*. Se o processo for para contencioso já o Senhor Presidente estará no seu merecido repouso. Se o Senhor

Presidente estivesse sentado à mesa com os proprietários do terreno e os tratasse com a equidade com que trata os outros, parece-me que isso não aconteceu. A fazer fé na argumentação do Senhor Guilherme Botas o dever de equidade é o mesmo do que o do processo das Fazendas. Gostava de ouvir qual é a sua intenção de trazer esta carta a reunião sem contudo estar presente uma proposta em relação à aquisição do terreno."-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que teve negociações com o Senhor Guilherme Pena durante dois anos com vista à venda do terreno, contudo nunca foi possível chegar a um acordo na medida em que quando se chegava a este acordo, haviam sempre novas exigências por parte dos restantes herdeiros. A última vez que esteve no seu Gabinete informou-o de que estava sujeito a pressões dos familiares, e a única solução seria a expropriação. Foi apresentado pelos herdeiros uma proposta de vinte e cinco mil euros. O Senhor Presidente disse:"Quero referir que não fiz nenhuma proposta, nem me pronunciei em relação à presente carta, deixando a mesma à consideração do Executivo".-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, disse que à cerca de dois meses, aquando da anterior proposta que esteve presente no Executivo, o Senhor Presidente fez o histórico desta novela, e que a carta ora apresentada não trás nenhum facto novo. Assim, mantém a sua posição assumida anteriormente sobre o assunto.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse:" A Câmara não deve assumir pagamentos diferentes para os mesmos metros quadrados de terrenos adquiridos no mesmo local. É bom saber que o valor dos terrenos tem a ver com a sua localização, frentes e capacidade de construção. Obviamente um terreno sem nenhuma frente no meio de outros, não pode, em caso algum ter o mesmo valor que terrenos com frentes para ruas abertas e consolidadas."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse:"É a primeira vez que sou confrontado com este problema, porque não

participei, justificadamente, na reunião de vinte de Março. O que até aí aprovei, salvo erro, juntamente com todo o Executivo foram todas as propostas que sobre aquele terreno o Senhor Presidente trouxe a Reunião de Câmara. Suponho que a negociação decorria de maneira amistosa. Sou confrontado agora, com uma carta dos herdeiros do Senhor Guilherme Pena, suponho que da filha, solicitando o valor de quarenta mil euros por duzentos e três virgula sessenta metros quadrados de área em questão. Parece-me que a Câmara em carta do Senhor Presidente dirigida aos herdeiros, terá chegado a uma oferta de cerca de vinte e um mil euros.-----

-----Parece-me que o que está em jogo, é demasiado importante para o Concelho para que se parta para um demorado processo de expropriação, que com certeza não resolverá atempadamente a falta de estacionamento que se vai verificar de uma maneira extrema quando se iniciaram as obras no Parque das Laranjeiras. Parece-me que a única maneira de obstar que não haja um descontentamento muito grande dos Munícipes, quer sejam comerciantes, quer sejam prestadores de serviços, quer sejam moradores da zona, será de encontrar uma solução alternativa para este grave problema.-----

-----Nesta reunião de Câmara não há qualquer proposta do Executivo em relação a esta matéria, o Senhor Presidente não quer assumir essa responsabilidade, pelo que avizinha-se um grande problema de estacionamento do centro da cidade. Pela minha parte estaria disposto a viabilizar uma solução que acabasse com esta divergência, sem ter que recorrer à figura a expropriação que, quanto a mim, não existem motivos que a justifiquem. Os erros de planeamento do Senhor Presidente não constituem motivo para levar a cabo uma expropriação que só é justificada por utilidade pública, o que não é o caso".-----

-----O Senhor Presidente disse que estão duas propostas a votação, uma que pode ir até aos vinte e cinco mil euros, e outra à procura de uma solução que viabilize a aquisição do terreno.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que:" Sou a favor de qualquer solução que seja do entendimento entre as partes".-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu o valor de trinta mil euros como ultima proposta a apresentar aos proprietários do terreno.-----

-----Posta à votação a proposta do Senhor Vice Presidente no valor de trinta mil euros, foi a mesma aprovada por maioria pela bancada do PS e as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse que esta proposta é um ultimo e derradeiro esforço para chegar a um entendimento antes da expropriação.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, ditou a seguinte declaração de voto:"Abstenho-me porque entendo que limitar a proposta a trinta mil euros pode ser impeditivo de concretizar o negócio. Pela minha parte teria aprovado mandar o Senhor Presidente da Câmara para defender os interesses do Município e executar o negócio."-----

-----CRIAÇÃO DO GABINETE DO PROVEDOR DOS MUNICÍPIOS E DAS EMPRESAS - Sob proposta do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, foi presente o requerimento relativo à criação do Gabinete do Provedor dos Municípios e das Empresas, transcrito na acta de quatro de Maio corrente. -----

-----O Vereador proponente disse que a criação deste Gabinete torna-se urgente para que haja um departamento que faça o levantamento dos subsídios, incentivos e apoios a prestar aos comerciantes de forma a ficarem mais esclarecidos das iniciativas Governamentais.-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que tem receio que a Câmara possa estar a duplicar serviços, na medida em que já existem várias Associações que mantêm informados os seus associados e referiu-se concretamente à Associação Comercial de Santarém, Nersant e outras.-----

-----Posto à votação a proposta de criação do Gabinete do Provedor dos Municípios e das Empresas, foi deliberado por unanimidade promover acções de informação e encaminhamento para órgãos.-----

-----CAPELA DA TAPADA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Considerando que o lugar da Tapada está carente de equipamentos religiosos;-----

-----Considerando que o movimento existente ao nível da população já teve a iniciativa de elaborar projecto e obter apoios para parte da Construção de uma Capela;-----

-----Considerando que a Câmara, tendo em conta esta vontade da população, reservou lugar para esta construção;-----

-----Considerando que a Assembleia Municipal aprovou proposta de recomendação para que se apoie a construção destes equipamentos;-----

-----Propõe-se agora:-----

-----Que o Executivo delibere conceder subsidio no valor de quinze mil euros expresso em fornecimento de materiais entregues durante a construção".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade conceder o valor de quinze mil euros à Fabrica da Igreja de Almeirim, expressos em fornecimento de materiais, para a Construção de uma Capela na Tapada.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes as seguintes comunicações do Gabinete de Acção Social:-----

-----Rafaela Alexandra Santos Branco, residente em Almeirim, família monoparental, com menor a cargo. É contextualizada a situação pelo Gabinete. A Senhora encontra-se desempregada e é beneficiária do subsídio de desemprego. À menor foi diagnosticada miopia e necessita de óculos que custam cerca de trezentos euros, quantia que não consegue suportar.-----

-----A Câmara deliberou conceder o valor de trezentos e um euros e dez cêntimos para pagamento dos óculos.-----

-----Sandra Cristina dos Santos Oliveira, é informado pelo Gabinete que a situação foi encaminhada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas dado que a casa é propriedade da Junta, tendo a mesma sido cedida à família há já muitos anos. A família é nuclear com dois filhos estudantes. O rendimento mensal é de cerca de quinhentos e sessenta euros, o marido é pintor mas com trabalho irregular, alternando períodos de emprego e desemprego. A habitação é tipo abarracado construído com um misto de materiais. -----

-----É solicitado apoio para reparação do telhado.-----
-----A Câmara deliberou conceder os materiais para reparação do mesmo.-----

-----Luciana Maria Boavida que solicita a frequência das aulas de hidroginástica por prescrição médica. É contextualizada a situação pelo Gabinete Acção Social informando que é família nuclear sem filhos. O marido da D. Luciana é funcionário da Autarquia, auferindo mensalmente o vencimento de setecentos e vinte e nove euros. A Senhora é portadora da doença osteo-articular, pelo que não se encontra a trabalhar. O agregado reside numa habitação no Bairro de S. João Baptista pertença da Santa Casa Misericórdia. É prescrito pelo médico a prática de hidroginástica.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a frequência gratuita das aulas de hidroginástica.-----

-----Maria Isabel Pombas Rodrigues - É contextualizada a situação pelo Gabinete de Acção Social, encontra-se de baixa prolongada na sequência de um acidente de viação. Após um longo período de hospitalização e de há dois anos a esta data frequenta fisioterapia e hidroginástica.-----

-----É prescrito pelo médico a prática desta modalidade, pelo que a requerente solicita a frequência gratuita das pretendidas aulas.-----

-----A Câmara deliberou autorizar gratuitamente a frequência das aulas de hidroginástica.-----

-----PERGUNTA AO GOVERNO -A Câmara tomou conhecimento da pergunta da Senhora Deputada Luísa Mesquita: "O Hospital Distrital de Santarém necessita de Intervenções Urgentes para responder às actuais necessidades."-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Junta de Freguesia de Almeirim, quatro mil e quinhentos euros para apoio aos festejos do Vinte e Cinco de Abril; Junta de Freguesia de Raposa, quatro mil e quinhentos euros para apoio aos festejos do Vinte e Cinco de Abril; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, quatro mil e quinhentos euros para apoio aos festejos do Vinte e Cinco de Abril; Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, quatro mil e quinhentos euros para apoio aos festejos do Vinte e Cinco de Abril; Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo de Lisboa, mil e duzentos euros para Campeonato de Dança; Associação Desportiva Fazendense, o valor correspondente ao total de trinta faixas ao preço unitário de quinze euros cada; Confraria Gastronómica de Almeirim, mil euros para apoio à realização do seu IV Capitulo; Associação Nacional Municípios Portugueses, quatro mil e seiscentos euros, para apoio ao "Projecto de Sinalética Urbana Direccional"; Associação Alzheimer Portugal - Núcleo do Ribatejo, mil setecentos e cinquenta euros e cinquenta e seis cêntimos, para apoio às comemorações do Dia Mundial da Pessoa com Doença de Alzheimer; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, quinhentos euros para a "Taça Disciplina".-----

-----Foi presente a carta da União Futebol Clube de Almeirim, solicitando que lhe seja entregue a bicicleta prometida pelo Senhor Vereador porque a venda dos bilhetes para o sorteio já está a decorrer, gostariam de ter os prémios para que os sócios os possam ver a fim de incentivar a compra de rifas.-----

-----A Câmara deliberou conceder uma bicicleta no valor aproximado de cento e vinte e cinco euros.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que vota a favor mas gostaria de saber o calendário das Festividades.-----

-----Foi presente a carta de building global friendship Portugal, informando que se realizará em Almeirim o Summer Camp. Solicita apoio no sentido de disponibilizar transporte e entrada nas piscinas Municipais, nos dias um ou dois de Agosto, ou data mais conveniente, para os cinquenta participantes.-----

-----A Câmara deliberou disponibilizar transporte e entradas gratuitas nas piscinas Municipais.-----

-----GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS - O Senhor Presidente distribuiu por todos os Autarcas cópia do ofício do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, que visa definir o quadro legal da transferência de competências no âmbito dos Gabinetes Técnicos Florestais.-----

-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----Na deliberação que se segue não participou na votação o Senhor Vice-Presidente por se encontrar legalmente impedido.----

-----DISPOSITIVO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS - Foi presente a carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, informando que o Corpo de Bombeiros integrará o Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais dois mil e nove, nas Fases Bravo e Charlie (quinze de Maio a trinta de Setembro) com uma Equipa de Combate e Incêndios com cinco Bombeiros e uma Equipa de Apoio Logística ao Combate com dois bombeiros. Estes sete Bombeiros permanecerão vinte e quatro horas por dia de prevenção na unidade, de forma a garantir uma rápida intervenção no combate aos incêndios.-----

-----É solicitado atribuição de subsídio de refeição diário no valor de quatro euros e vinte e sete cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou conceder o subsídio de almoço de quatro euros e vinte e sete cêntimos diários, aos sete bombeiros,

durante os meses de quinze de Maio a trinta de Setembro,
mediante apresentação de informação do Comandante dos Bombeiros
Voluntários de Almeirim.-----

-----TROFÉUS - Foi presente a carta da Associação Desportiva,
Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, solicitando que lhe
sejam oferecidos troféus para a prova de mini-motos, integrada
numa prova que conta para o Campeonato Nacional de Supermotard.-

-----A Câmara deliberou conceder os troféus.-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----DISPENSA DE SERVIÇO - A Câmara deliberou ratificar o
Despacho do Senhor Presidente, que autorizou o funcionário Mário
Cláudio a ausentar-se do serviço nos dias oito e onze de Maio,
para deslocação a Paris, no âmbito das suas competências de
Presidente do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim e
para representação da nossa terra naquela localidade.-----

-----DESPESAS DE DESLOCAÇÃO PARA TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA -
Foi presente o requerimento de Palmira Marques Alves Vicente,
funcionária da Autarquia, informado que em vinte e três de
Novembro de dois mil e seis sofreu um acidente de serviço do
qual resultou uma incapacidade permanente de dez por cento
reconhecida pela Companhia de Seguros. Em nove de Julho de dois
mil e oito, a Junta Médica da ADSE reconheceu que as queixas
apresentadas pela funcionária decorriam do acidente de serviço.
Na sequência do acidente a funcionária necessitou de tratamento
de fisioterapia. Por força do disposto no artigo quarto e
seguintes do Decreto-Lei número quinhentos e três de noventa e
nove, os funcionários têm direito a que lhes sejam integralmente
pagas as despesas de saúde efectuadas em virtude do acidente de
serviço.-----

-----Tendo a requerente pago a quantia de noventa e um euros e
oitenta cêntimos pelo transporte de Cortiços para Almeirim- ida

e volta, para realização do tratamento, vem requerer o pagamento da quantia indicada.-----

-----A Câmara deliberou pagar a quantia acima referida.-----

-----**5- DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuídas por todos os Autarcas foram postas a aprovação as seguintes actas:-----

-----Actas de dois de Março de dois mil e nove - aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício, porque não esteve presente;-----

-----Acta de onze de Março de dois mil e nove - Aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos - porque não participaram na reunião;-----

-----Acta de dezasseis de Março de dois mil e nove - Aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos - porque não participaram na reunião;-----

-----Acta de trinta de Março de dois mil e nove - Aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício, porque não participou na reunião;-----

-----Acta de seis de Abril de dois mil e nove, aprovada por unanimidade;-----

-----Acta de vinte de Abril de dois mil e nove; Aprovada por unanimidade;-----

-----Acta de vinte e sete de Abril de dois mil e nove; Aprovada por unanimidade;-----

-----Foi distribuída por todos os Autarcas a acta de quatro de Maio de dois mil e nove, para ser submetida posteriormente aprovação.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo

92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----
-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um
resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando,
designadamente, a data e o local da reunião, os membros
presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e
deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas
votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e
aprovada."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de
Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores
Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das
senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte e sete minutos o Senhor
Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

---Presidente da Câmara, _____ A Assistente Administrativa